

AS RELAÇÕES DE PODER E FAVORES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Data de submissão: 22/07/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Wcleverson Batista Silva

Formado em Filosofia, Sociologia, História e Pedagogia, com mestrado em Literatura. Autor do livro *O Grande Sertão: tempo, memória e linguagem*. Professor universitário pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia – UNIVAR. Barra do Garças-MT

Resumo: O artigo explora as dinâmicas de poder e favores no contexto da política institucional. Utilizando uma abordagem multidimensional, integraremos teorias de filósofos e sociólogos renomados como Zygmunt Bauman, Hannah Arendt, Max Weber, Foucault e Pierre Bourdieu para desvendar como essas dinâmicas operam em diferentes níveis e influenciam a governança e a vida cotidiana. O trabalho analisa a modernidade líquida, a vigilância, o poder simbólico e a polarização política, destacando a complexidade das relações de poder e suas implicações para a justiça social e governança eficaz. Ao integrar essas perspectivas teóricas, o artigo oferece uma análise crítica e abrangente das relações de poder e favores na política institucional. Essa abordagem multidimensional é essencial para compreender as complexas

interações que moldam a sociedade contemporânea e para formular estratégias que promovam justiça social e governança eficaz. O trabalho destaca a importância de reconhecer e enfrentar as dinâmicas de poder e favores para construir uma sociedade mais equitativa e estável.

Palavras-chave: Vigilância; Controle; Poder

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está imersa em complexas redes de poder e influência que moldam tanto as estruturas políticas quanto as interações sociais. Este artigo busca explorar as dinâmicas de poder e favores dentro do contexto da política institucional, utilizando uma abordagem multidimensional que integra teorias de renomados filósofos e sociólogos. Ao navegar pelas perspectivas de Zygmunt Bauman, Hannah Arendt, Max Weber e Pierre Bourdieu, este trabalho pretende desvendar como essas dinâmicas operam em diferentes níveis e como influenciam a governança e a vida cotidiana.

O conceito de modernidade líquida, impresso por Bauman, fornece um pano de fundo essencial para entender as rápidas e fluidas transformações na sociedade global, que afetam as relações de poder e introduzem uma crise não apenas econômica e política, mas também de valores e estruturas sociais. Foucault, com sua análise sobre a vigilância e o poder disciplinar, revela como as tecnologias de controle moldam a psique individual e coletiva, perpetuando formas sutis e onipresentes de controle social.

A perspectiva de Arendt sobre o poder, enfatizando a ação coletiva e o consenso, contrasta com a visão tradicional de poder como imposição de vontade. Sua análise destaca a importância do espaço público e da participação ativa para a sustentação do poder legítimo. Weber, com sua tipologia de dominação, oferece uma compreensão abrangente de como diferentes bases de legitimidade sustentam regimes de poder e como essas formas evoluem em resposta a mudanças sociais e políticas.

Bourdieu, ao introduzir os conceitos de poder simbólico e capital cultural, ilumina como o poder permeia os aspectos sutis da vida cotidiana, moldando gostos, crenças e práticas sem coerção aparente. Suas teorias ajudam a entender como as instituições culturais, como a educação e a mídia, contribuem para a reprodução de hierarquias sociais e relações de poder.

Este artigo visa fornecer uma análise profunda e crítica das relações de poder e favores na política institucional, destacando a complexidade dessas dinâmicas e suas implicações para a justiça social e a governança eficaz. Através de uma abordagem multidimensional, busca-se oferecer uma visão mais completa e integrada das interações de poder que moldam a sociedade contemporânea.

MODERNIDADE LÍQUIDA: O MUNDO PÓS-MODERNO E A CONDIÇÃO SOCIAL

Houve no século XX diversas mudanças no âmbito social, e dentre estas a passagem do totalitarismo para a democracia. No final do século XX, houve a passagem do Estado social para o Estado neoliberal, em que cada indivíduo tem que encontrar soluções individuais para problemas produzidos socialmente. É muito difícil dizer se o neoliberalismo é apenas um fenômeno ou se é o início de uma era.

O que também marca profundamente o século XX foi uma passagem de toda uma era da história mundial, ou seja, da sociedade de produção para a sociedade de consumo. Foi na década de 1920, nos lembra Bauman, iniciou-se a transformação da sociedade de produtores em sociedade de consumidores, concluída nos anos de 1970 e condicionada pela comodificação e o eco da modificação do capital e do trabalho, envolvendo desregulamentações e privatizações contínuas e profundas.¹

1. Entrevista concedida a CPFL Cultura em 25 de julho de 2011. Disponível: <http://www.cpflcultura.com.br/videoteca/>

Por outro lado, houve os processos de fragmentação da vida humana. Para exemplificar essa transição, usaremos o que Jean-Paul Sartre chamou de *Projet de La vie*, (Projeto de vida). O indivíduo precisa selecionar de um projeto de vida, é preciso seguir passo a passo, de forma consistente, ano após ano, chegando cada vez mais perto de ideal. Agora, conte isso aos jovens de hoje e eles rirão de você, afirma Bauman (Bauman, 2001).

Hoje a sociedade possui grandes dificuldades em “adivinhar” o que irá acontecer conosco o ano que vem. O projeto de vida de uma vida inteira é algo difícil de acreditar. A vida é dividida em episódios. E não era assim no início do século XX. As sociedades foram individualizadas, e em vez de se pensar em termos de a qual comunidade se pertence, a qual nação se pertence, a qual movimento político se pertence etc, tendemos a se redefinir o significado de vida, o propósito de vida, a felicidade na vida para o que está acontecendo com uma própria pessoa, as questões de identidade, que tem um papel de extrema importância hoje no mundo. Temos que criar nossa própria identidade, pois esta, não herdamos. Não apenas precisamos fazer isso a partir do zero, mas temos que passar nossa vida, de fato, redefinindo nossa identidade.²

MODERNIDADE LÍQUIDA E A CRISE GLOBAL

A concepção de modernidade líquida de Bauman (2001), fornece um pano de fundo para entender como as transformações rápidas e fluidas na sociedade global afetam as relações de poder. Neste contexto, a crise global é vista não apenas como econômica ou política, mas como uma crise de valores e estruturas sociais que anteriormente ofereciam estabilidade e previsibilidade.

O conceito de “modernidade líquida”, intitulado por Zygmunt Bauman, descreve uma era de transitoriedade perpétua, caracterizada pela fluidez nas relações sociais, econômicas e políticas. Essa condição resulta em uma crescente sensação de incerteza e insegurança, refletindo um desalento profundo no cenário pós-moderno. A era atual, marcada pela rapidez das mudanças e pela dissolução de estruturas anteriormente sólidas, leva a uma crise que permeia todos os aspectos da vida humana, desde identidades pessoais até grandes estruturas políticas e econômicas.

Bauman (2001) argumenta que as transformações na modernidade líquida exacerbam o estado de crise, não apenas pela aceleração da vida cotidiana, mas também pelo impacto profundo na psique individual e no coletivo social. O desalento emerge não só das dificuldades econômicas e políticas, mas também de um profundo senso de desorientação e falta de significado claro nas metas e aspirações humanas. Essa crise é amplificada pela natureza evasiva das soluções, onde as respostas tradicionais parecem inadequadas para os desafios contemporâneos.

2. Idem

Neste cenário de modernidade líquida, Bauman destaca a importância de reconhecer e enfrentar as inseguranças e incertezas como um passo crucial para entender e potencialmente remediar o estado de crise global. A análise de Bauman em suas últimas obras, proporciona uma visão crítica que não só desafia as normas convencionais, mas também oferece uma plataforma para repensar as estruturas sociais e políticas na busca de uma sociedade mais estável e justa.

TECNOLOGIA E PODER NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Com a ascensão das tecnologias digitais, a vigilância tornou-se uma ferramenta crucial no arsenal do poder institucional. Apontaremos aqui, como as tecnologias de vigilância remodelam as relações de poder, facilitando formas de controle social que são sutis, porém penetrantes, e discute as implicações para a privacidade e a liberdade individual.

Os pensadores Zygmunt Bauman, Michel Foucault, e Gilles Deleuze exploram as reflexões sobre as transformações no exercício do poder nas sociedades modernas e pós-modernas, enfatizando especialmente as tecnologias de vigilância e controle. Bauman (2001) descreve a modernidade líquida como uma era caracterizada pela instabilidade e pela transitoriedade das estruturas sociais, onde as tecnologias de vigilância avançam para além do panóptico tradicional, abrangendo o sinóptico e o banóptico³. Essas novas formas de poder se manifestam através de uma vigilância que é menos visível, mas mais integrada na vida cotidiana, influenciando profundamente a psique e as ações individuais.

Foucault (2015) contribui para essa discussão com sua teoria das tecnologias de poder, que inclui o panóptico como uma forma de observar e controlar os indivíduos através de estruturas sociais e institucionais. O filósofo Deleuze (2008) expande essa ideia ao discutir as sociedades de controle, onde o poder é exercido de maneira mais fluida e difusa, não restrito a instituições, mas permeando todos os aspectos da vida social e pessoal.

Cabe ressaltar que essas tecnologias não só moldam as interações sociais e reforçam a conformidade, mas também como contribuem para a sensação crescente de insegurança e a constante demanda por mais vigilância e controle. Este ciclo de medo e controle acaba por afetar profundamente a autonomia individual e a privacidade, levando a uma sociedade onde o poder é onipresente, mas muitas vezes invisível, e a política se torna cada vez mais dominada por interesses corporativos e tecnológicos, separando-se do poder em um contexto globalizado.

Há uma sensação de que as relações políticas, de poderes e sociais na sociedade contemporânea resulta em um novo tipo de mal-estar social, onde a constante mudança e a incerteza sobre o futuro geram ansiedade e alienação, e as respostas a essas condições muitas vezes exacerbam os problemas que elas pretendem resolver, reforçando o controle social e diminuindo a esfera de ação individual e coletiva.

3. De modo geral, o Banopticon é um termo cunhado pelo acadêmico da Escola de Paris, Didier Bigo, usados dentro de uma abordagem de Sociologia Política Internacional para estudos de segurança para descrever uma situação em que as tecnologias de criação de perfil são usadas para determinar quem colocar sob vigilância.

VIGILÂNCIA E PODER

A obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (1975) fornece uma análise profunda sobre a evolução dos métodos punitivos, começando pelo brutal suplício até a institucionalização da prisão moderna. Foucault delinea uma mudança significativa na administração do poder e na implementação da disciplina dentro da sociedade, transformando a punição em um mecanismo sutil e onipresente de controle social.

Na primeira parte do livro *Vigiar e Punir*, Foucault (1975) detalha a metamorfose do suplício, uma forma de punição que não apenas torturava o corpo, mas também servia como uma manifestação teatral do poder soberano. O suplício, caracterizado pela dor extrema e pública, tinha como objetivo dissuadir o público através do terror, reafirmando o poder incontestável do soberano sobre a vida e o corpo do condenado. Contudo, essa forma de punição começou a ser vista como barbárie, ineficaz para a reforma do criminoso e incompatível com os ideais emergentes de humanidade e racionalidade jurídica.

Com o advento da sociedade disciplinar no século XVIII, como Foucault a descreve, surge um novo regime penal que se concentra menos na punição do corpo e mais na reforma da mente e do comportamento do indivíduo. As prisões começam a implementar métodos disciplinares rigorosos, onde a vigilância constante e a normalização das atividades diárias visam transformar os prisioneiros em sujeitos obedientes e produtivos. Foucault (1975) insere o conceito de panoptismo, uma estrutura arquitetônica idealizada por Jeremy Bentham⁴, que permite a observação constante dos detentos por um observador não visto. Este modelo arquitetônico torna-se uma metáfora para o moderno exercício do poder disciplinar, onde a visibilidade constante induz a auto regulação e o conformismo.

Essa mudança nas práticas punitivas reflete uma transformação mais ampla nas técnicas de poder. O poder disciplinar de Foucault é capilar, disperso por toda a sociedade, permeando instituições como escolas, hospitais e fábricas. Essas instituições, embora variem em função e forma, compartilham uma lógica comum de controle: disciplinar os indivíduos para maximizar sua utilidade enquanto minimiza a possibilidade de resistência e desvio. Este tipo de poder não se baseia na força bruta, mas na sutileza da coerção psicológica e na inculcação de normas.

O crescimento do poder faz os homens entrarem no sistema dos signos, das marcas, e o aumento de poder está essencialmente destinado a instaurar nas relações entre os homens a marca visível [do] poder [de um deles]. É essa vontade de impor respeito que Hobbes chamava de "glória": capacidade de impor respeito por meio de signos exteriores a todos aqueles que teriam a pretensão de substituí-lo (Foucault, 2015. p, 26).

4. Jeremy Bentham foi filósofo, jurista e um dos últimos iluministas a propor a construção de um sistema de filosofia moral, não apenas formal e especulativa, mas com a preocupação radical de alcançar uma solução a prática exercida pela sociedade de sua época

A análise de Foucault desafia a percepção convencional do poder como algo que é apenas repressivo. Em *Vigiar e Punir*, ele revela como o poder é também produtivo; ele não apenas reprime através da punição, mas produz sujeitos disciplinados, conhecimento e formas de saber. A prisão, neste contexto, não é apenas uma solução para o crime, mas um complexo mecanismo que molda a sociedade moderna, solidificando a estrutura de poder e controle em vários níveis da vida social (Foucault, 1975).

Michel Foucault reinterpreta a relação entre poder, conhecimento e sociedade, oferecendo uma crítica penetrante das formas de controle social que continuam a evoluir e influenciar as dinâmicas de poder na contemporaneidade.

HANNAH ARENDT E A NATUREZA DO PODER

Hannah Arendt elabora uma concepção de poder que se distingue radicalmente das abordagens tradicionais, centrando-se na ideia de que o poder emerge não dá coerção ou violência, mas da capacidade coletiva de agir em concerto. Em suas obras, especialmente em “Sobre a Violência”, Arendt (1994) critica a equação comum entre poder e violência, argumentando que o verdadeiro poder se baseia no consentimento mútuo e na capacidade de agir juntos, sem o uso da força. Essa visão é desenvolvida a partir da distinção entre poder, autoridade, vigor, força e violência.

Para Arendt (2010), o poder verdadeiro existe apenas enquanto houver um grupo unido que o sustente; ele desaparece assim que a coesão desse grupo se dissolve. Ela propõe que o poder real não reside na capacidade de impor vontades por meio da força, mas na capacidade de organizar e mobilizar para ações conjuntas que levem ao consenso. Nesse sentido, o poder é visto como algo que não pertence a indivíduos isoladamente, mas como uma qualidade emergente da ação coletiva e do consentimento.

Arendt (1994) também introduz uma crítica à tradicional compreensão do poder em termos de comando e obediência, onde o poder é frequentemente associado à capacidade de impor obediência por meio da violência. Ela argumenta que essa visão tradicional obscurece a verdadeira natureza do poder que reside na capacidade de agir em conjunto para fins comuns. Segundo Arendt, essa capacidade de agir em concerto é o que fundamenta tanto a legitimidade quanto a eficácia do poder em qualquer sociedade.

Dessa forma, Arendt apresenta uma concepção de poder que se baseia mais em relações horizontais de colaboração e apoio mútuo do que em relações verticais de comando e controle. Isso reformula a ideia de poder de maneira a enfatizar o aspecto humano e cooperativo, contrastando com visões que focalizam primariamente o poder como uma ferramenta de domínio e coerção.

O PODER E O ESPAÇO PÚBLICO

A análise do poder por Hannah Arendt (1998) destaca a capacidade de agir em concerto e a importância da ação coletiva para a realização do poder. Explorando sua distinção entre poder, força e autoridade, este segmento examina como o poder emerge das relações entre os indivíduos e como é sustentado pela participação ativa e pelo consentimento.

O professor e Doutor em filosofia, Odílio Alves Aguiar (2011) discute a concepção de poder em Hannah Arendt, especialmente em relação aos contextos dos governos totalitários e as práticas de extermínio que marcaram essa era. Arendt destaca o poder como uma capacidade de iniciar e fundar ações coletivas, diferenciando-o claramente da dominação, do Estado, governo e soberania. O poder em Arendt é associado à capacidade de agir em conjunto no espaço público, contrastando com a força e a violência.

Arendt vê o poder como intrinsecamente ligado à liberdade e à capacidade de ação conjunta, o que constitui a essência do espaço público. Esta visão desafia as noções tradicionais de poder que estão frequentemente associadas ao controle autoritário e à manipulação.

Com tudo, cabe ressaltar que a interpretação de Arendt (1998) sobre o poder como uma força coletiva e construtiva pode oferecer insights valiosos para entender as dinâmicas modernas de poder dentro das instituições políticas, onde o poder deveria ser exercido como uma força que emerge do consenso e do engajamento coletivo, não como uma ferramenta para opressão ou controle unilateral.

MAX WEBER E OS TIPOS DE DOMINAÇÃO DO PODER

Utilizando a tipologia de Weber (2004) sobre as formas de dominação — racional-legal, tradicional e carismática —, exploraremos aqui como diferentes bases de legitimidade sustentam diferentes regimes de poder e como essas formas evoluem em resposta a mudanças sociais e políticas.

A ideia de dominação na teoria sociológica de Max Weber, refere-se a forma que o pensador alemão interliga a sociologia com a filosofia, especialmente através de sua base epistemológica influenciada pelo neokantianismo, particularmente as obras de Heinrich Rickert. Seus estudos revela uma conexão profunda entre a tipologia da dominação e a teoria da ação weberiana, que tem sido amplamente discutida por comentaristas como Raymond Aron e Sam Whinster (Weber, 2004).

Weber, considerado um clássico indispensável nos estudos da Teoria da Legitimidade, desenvolveu uma abordagem compreensiva para entender o poder e a autoridade, explorada principalmente em suas obras *Economia e Sociedade* e *Metodologia das Ciências Sociais*. A dominação, segundo Weber, baseia-se principalmente na probabilidade de obtenção de obediência a um mandato, onde a obediência decorre tanto do desejo subjetivo dos governados quanto das estruturas e normas estabelecidas (Weber, 2004).

No âmbito da teoria da dominação, Weber estabelece três tipos puros de dominação legítima: a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática. A dominação legal ou racional é fundamentada na crença na validade de regras legais estatuídas e na competência racional-legal de quem exerce o comando, típica das sociedades modernas e suas burocracias. A dominação tradicional baseia-se na crença na santidade das tradições e na legitimidade daqueles que exercem a autoridade de acordo com essas tradições. A dominação carismática, por outro lado, baseia-se na devoção extraordinária à santidade, heroísmo ou caráter exemplar de uma pessoa, e na ordem revelada ou estabelecida por essa pessoa.

A análise de Weber não se limita à estrutura formal da dominação, mas também investiga como essas formas de poder são vistas e legitimadas através da crença social. Ele argumenta que a legitimação do poder nas sociedades modernas envolve complexas interações entre esses tipos puros, frequentemente mesclados em diversas configurações políticas e sociais. Esta visão oferece uma compreensão ampla de como o poder é exercido e racionalizado em diferentes contextos sociais e históricos, sugerindo que a estabilidade política e a coerência social são profundamente influenciadas pela base de legitimidade sobre a qual o poder é exercido (Weber, 1967).

Essa análise não apenas abrange a estrutura fundamental das ideias de Weber sobre dominação e poder, mas também contextualiza sua relevância na crítica contemporânea de sistemas políticos e sociais, refletindo sobre como suas ideias continuam a iluminar as complexidades das relações de poder na sociedade moderna.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O ESPAÇO PÚBLICO

A polarização política é um fenômeno crescente que afeta democracias em todo o mundo. Este segmento analisa como a polarização diminui o espaço para diálogo e deliberação no espaço público, e como isso pode ser visto como uma consequência de mudanças nos padrões de poder e interação social.

Segundo Argon (2022) as ideologias moldam significativamente as interações no espaço público, catalisando a polarização política. Neste contexto, a ideologia não apenas serve como um sistema de crenças que guia as ações políticas, mas também como um mecanismo que intensifica divisões, criando blocos antagônicos na sociedade. Este fenômeno é visível em debates contemporâneos, onde a polarização não se limita a discrepâncias em questões políticas específicas, mas se estende a uma divisão mais profunda e abrangente que afeta a coesão social.

A polarização é exacerbada pela mídia e pelas plataformas digitais, que amplificam vozes extremistas e promovem câmaras de eco, reforçando preconceitos e isolando indivíduos de opiniões contrárias. O espaço público se transforma; de um lugar de debate racional e encontro de diferentes pontos de vista, para um campo de batalha ideológico, onde a possibilidade de diálogo e entendimento mútuo diminui drasticamente.

Além disso, a polarização política influenciada por ideologias dominantes frequentemente transborda para aspectos não políticos da vida das pessoas, afetando suas escolhas pessoais e sociais, desde a seleção de mídia até as relações interpessoais. Este processo de “tribalização” política enfraquece as instituições democráticas, pois compromete o respeito pelas diferentes opiniões e pela dignidade humana, essenciais para o funcionamento saudável de qualquer sociedade democrática.

Contudo, cabe reforçar que a mitigação dessa polarização exige um esforço consciente para promover o diálogo interideológico, uma mídia que se esforce para apresentar uma variedade de perspectivas e a educação para o pensamento crítico, que ajude as pessoas a entender e questionar suas próprias posições ideológicas, bem como a respeitar as dos outros. A ideologia, portanto, deve ser vista como um mapa que ajuda a navegar na complexidade política, mas não como um divisor cego que separa a sociedade em campos inimigos.

CIBERPOPULISMO – A POLITICA (DEMOCRACIA) E A DISSEMINAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

O fenômeno do ciberpopulismo representa uma transformação significativa nas práticas políticas, mediadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Esta modalidade de populismo se aproveita das plataformas digitais para alcançar e mobilizar um grande número de pessoas, enfatizando uma comunicação direta entre líderes políticos e seus seguidores, muitas vezes contornando os canais de mídia tradicionais e os mecanismos institucionais de controle.

Um aspecto central do ciberpopulismo é a sua capacidade de criar narrativas simplificadas que apelam a emoções fortes, frequentemente ancoradas em ideais nacionalistas ou em críticas severas às elites. Essas narrativas são habilmente amplificadas pelas redes sociais, que favorecem conteúdos que geram reações intensas e engajamento. Essa dinâmica contribui para a polarização política, onde os debates racionais e ponderados são substituídos por discursos carregados de emoção e, por vezes, desinformação.

Adicionalmente, o ciberpopulismo frequentemente explora a insatisfação pública com as instituições tradicionais, prometendo uma forma de política mais “autêntica” e “do povo”. No entanto, essa promessa muitas vezes esconde uma tendência à centralização do poder e ao enfraquecimento de mecanismos democráticos de *accountability*⁵ e transparência.

No cenário atual, observa-se como o ciberpopulismo pode influenciar significativamente as eleições, moldar políticas públicas e alterar a percepção pública sobre questões cruciais. A disseminação de *fake news* e a criação de câmaras de eco nas redes sociais onde apenas vozes concordantes são ouvidas exacerbam a divisão

5. Não existe uma palavra em português que traduz *accountability*, mas sim diversos termos que tentam conceitua-la, tais como controle, fiscalização, responsabilização, prestação de contas, compromisso, proatividade e transparência.

social e desafiam a capacidade de diálogo e de construção de consensos em sociedades democráticas.

A compreensão desses aspectos é fundamental para entender as mudanças no espaço político contemporâneo e para buscar estratégias que fortaleçam práticas democráticas diante dos desafios impostos pelo ciberpopulismo.

Ao explorar essa temática, é possível aprofundar a análise de alguns aspectos adicionais que estão intimamente ligados ao impacto dessa forma de política nas democracias modernas e na dinâmica social mais ampla. Destacaremos alguns desses elementos cruciais na reflexão sobre ciberpopulismo contemporâneo, mencionado por (Bruzzone 2021):

Algoritmos e Personalização: Explorar como os algoritmos das redes sociais contribuem para o ciberpopulismo ao personalizar o conteúdo que os usuários veem, fortalecendo bolhas ideológicas e facilitando a disseminação de narrativas populistas. Investigar o impacto dessas tecnologias no reforço das crenças e na limitação da exposição a perspectivas divergentes.

Impacto nas Instituições Democráticas: Analisar como o ciberpopulismo pode minar as instituições tradicionais, desafiando o equilíbrio dos poderes ao incentivar formas de governança mais autocráticas. Avaliar os riscos para o sistema de freios e contrapesos e para o funcionamento de uma democracia saudável.

Comportamento Eleitoral: Investigar como o ciberpopulismo altera o comportamento eleitoral, influenciando as decisões dos eleitores através de campanhas de desinformação e táticas de persuasão online. Discutir as consequências a longo prazo dessas mudanças para a qualidade do debate público e para a legitimidade dos processos eleitorais.

Globalização e Reações Locais: Discutir como o ciberpopulismo se relaciona com as tensões globais, como a globalização econômica e cultural, e como isso fomenta reações locais que podem ser exploradas por líderes populistas para ganhar apoio, utilizando a tecnologia para amplificar sentimentos nacionalistas ou xenofóbicos.

Implicações para Políticas Públicas: Considerar as implicações do ciberpopulismo para a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente aquelas que lidam com regulação da mídia, privacidade na internet e liberdade de expressão. Debater como as políticas podem equilibrar a proteção contra abusos nas redes sociais com a manutenção das liberdades fundamentais.

CIBERPOLÍTICA: NOVOS PARTICIPANTES, CONFLITOS ANTIGOS

A ciberpolítica conseguiu engajar públicos que eram invisíveis aos olhos da política convencional. Esses indivíduos, anteriormente não representados e esquecidos tanto pelos partidos quanto pela grande mídia, encontraram nas redes sociais uma plataforma que reconheceu seus temores e desejos. Repentinamente, vozes e forças reprimidas emergiram, tornando-os protagonistas ativos no cenário político, um cenário que antes lhes era estranho (Bruzzone, 2021).

O que a Psicologia define como sombra, aquilo que reside nas profundezas de nossa psique e que nos envergonharia ao ser revelado, precisa ser confrontado para que possamos evoluir. Na sociedade, essa sombra é composta por emoções negativas suprimidas pelas normas sociais ou legais. Por exemplo, quando ofensas raciais são proibidas e violências explícitas são censuradas, a sociedade está tentando se proteger de seus próprios aspectos mais sombrios.

Essas negatividades não desaparecem, elas apenas aguardam uma oportunidade para se manifestar. Líderes como Bolsonaro podem vocalizar essas repressões. Preconceitos e ressentimentos, então, se tornam aceitáveis publicamente e são usados como símbolos de identidade por aqueles que rejeitam o consenso democrático e desprezam o que consideram “politicamente correto”. Assim, indivíduos que se orgulham de sua rudeza e capacidade de ofender se tornam visíveis e até admirados.

A violência é uma constante estrutural no Brasil, manifestando-se de diversas formas. As ilusões de que a ditadura brasileira foi menos brutal que outras na América Latina, ou de que o racismo não é um problema grave no país, são exemplos de como certas violências são ignoradas. Essas violências, desde o trabalho escravo à segregação socioeconômica, são frequentemente invisibilizadas por uma “cegueira seletiva” que protege confortos ilusórios.

Nos últimos anos, a disparidade entre ricos e pobres e a luta entre dominadores e dominados tornaram-se explícitas, despertando a ira de quem se sentiu enganado por promessas passadas. A base de apoio de Bolsonaro nas periferias, por exemplo, é composta por pessoas que se sentiram traídas pelo PT e viam a corrupção como a razão pela qual suas vidas não melhoraram conforme prometido.

A elite, por sua vez, também estava irritada, mas por razões opostas: sentiam que o PT ameaçava seus privilégios. No Brasil, assim como em outros lugares da América Latina, a elite não tolera desafios ao seu status quo, levando a uma resistência feroz contra qualquer tentativa de mudança social.

As paixões que Bolsonaro conseguiu explorar são aquelas longamente reprimidas pela sociedade brasileira. Ao dar voz à indignação que muitos preferiam manter oculta, ele se posicionou como um herói que desafia o “politicamente correto” e fala abertamente o que muitos pensam mas têm medo de expressar. Por isso, seu estilo de governança sempre foi marcado por confrontos constantes, pois sua base mais fiel não deseja reconciliação, mas sim a perpetuação do conflito.

PIERRE BOURDIEU E A ANÁLISE SOBRE PODER SIMBÓLICO E CAPITAL CULTURAL

Os conceitos de poder simbólico e capital cultural de Bourdieu, iluminam como o poder permeia os aspectos sutis da vida cotidiana, moldando os gostos, crenças e práticas dos indivíduos sem coerção aparente. Ao longo desse capítulo, apontaremos alguns aspectos de como as instituições culturais, como educação e mídia, contribuem para a reprodução de hierarquias sociais e relações de poder.

Pierre Bourdieu (1983) explora o conceito de campo do poder como um espaço fundamental de relações e lutas por poder que permeiam todos os outros campos, como os da produção cultural, intelectual e científica. Bourdieu argumenta que o poder em qualquer campo cultural é disputado não apenas em termos de poder político, mas também em termos de autoridade e legitimidade sobre símbolos, significados e interpretações.

Segundo Bourdieu (1983), todas as relações humanas, conscientes ou inconscientes, estão impregnadas de poder, que se manifesta em lutas por dominação e prestígio dentro desses campos, onde os mesmos são autônomos, mas interconectados, cada um com suas próprias regras e lógicas de funcionamento, apesar de suas especificidades.

Este poder é particularmente influente nos campos culturais, onde as lutas não se referem diretamente ao poder político, mas à conquista de autoridade intelectual e cultural. Isso é evidente nas formas como os indivíduos e as instituições competem por reconhecimento e validação dentro de seus campos específicos, muitas vezes através da aquisição e da demonstração de capital cultural e simbólico.

Em termos da sociedade contemporânea, este entendimento de poder pode ser aplicado para analisar como as relações de poder e favores são moldadas e sustentadas dentro das estruturas políticas e institucionais. A massificação da cultura e a homogeneização das preferências e práticas, como destacado por Bourdieu (1983), são diretamente relevantes para entender como os poderes institucionais influenciam e são influenciados pelas dinâmicas culturais e sociais mais amplas.

Assim, essa reflexão nos proporciona uma base significativa para discutir as complexidades das relações de poder na política moderna, onde os favores e a influência muitas vezes substituem a autoridade formal e onde o capital cultural e simbólico pode determinar o acesso ao poder e aos recursos. Desde modo, ao considerar as relações de poder e favores na política institucional, é crucial entender como esses campos de poder operam e são manipulados, tanto para sustentar certas hierarquias quanto para desafiar e reconfigurar as estruturas de poder existentes.

CAPITAL SIMBÓLICO

A ideia de campo do poder sustentada segundo Pierre Bourdieu (1989) é de que pode ser orientada pela compreensão de que o poder simbólico é um mecanismo central nas dinâmicas sociais, influenciando como os indivíduos e grupos sociais percebem e são percebidos na hierarquia social. O sociólogo argumenta que o capital simbólico, é uma forma de poder não apenas econômico, mas também cultural e social, sendo crucial para entender as relações de poder. Este capital não é visível de forma material, mas é reconhecido e legitimado pelas estruturas sociais e pelo reconhecimento dos outros.

No contexto da política institucional, a teoria do campo do poder pode ser aplicada para analisar como os políticos e partidos acumulam capital simbólico para influenciar as opiniões públicas e manter ou alterar a ordem social. As relações de favores, que são trocas simbólicas que fortalecem os laços políticos e sociais, podem ser vistas como estratégias para aumentar ou manter o capital simbólico. Isso, por sua vez, pode facilitar a manipulação de estruturas de poder existentes ou a criação de novas dinâmicas de poder dentro das instituições políticas.

Este conceito pode ser especialmente relevante para entender a dinâmica contemporânea de poder e favores em sociedades onde a política é profundamente influenciada por visibilidade midiática, propaganda e a capacidade de moldar narrativas públicas. Assim, a análise do campo do poder de Bourdieu oferece uma ferramenta crítica para desvendar as camadas ocultas de relações de poder e favores na política institucional moderna (Bourdieu, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao integrar as perspectivas de Bauman, Foucault, Arendt, Weber e Bourdieu, este artigo destaca a complexidade das relações de poder e favores na política institucional. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para formular estratégias que promovam justiça social e governança eficaz em um mundo cada vez mais interconectado e mutável.

A modernidade líquida de Bauman ressalta a transitoriedade e a incerteza que permeiam a sociedade contemporânea, exacerbando crises de valores e estruturas sociais. Foucault, ao analisar as tecnologias de vigilância e poder disciplinar, mostra como o controle social se torna mais difuso e penetrante, influenciando profundamente a psique individual e coletiva. Arendt, por sua vez, enfatiza a ação coletiva e o consenso como fundamentos do poder legítimo, desafiando visões tradicionais que associam poder à violência e coerção.

Weber, com sua tipologia de dominação, oferece uma compreensão detalhada das bases de legitimidade que sustentam diferentes regimes de poder, destacando como essas formas evoluem em resposta a mudanças sociais e políticas. Bourdieu, ao introduzir os conceitos de poder simbólico e capital cultural, revela como o poder se manifesta nos aspectos sutis da vida cotidiana, moldando gostos, crenças e práticas através de mecanismos de reconhecimento e legitimação social.

A análise multidimensional proposta neste artigo permite uma compreensão mais abrangente das interações de poder na política institucional. Ao considerar as influências culturais, sociais e tecnológicas, é possível desenvolver uma visão mais completa e crítica das dinâmicas que moldam a governança e a vida cotidiana. Essa abordagem integrada é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, é imperativo continuar investigando e desvendando as complexas relações de poder e favores nas instituições políticas. Apenas através de uma compreensão profunda e crítica dessas dinâmicas será possível formular políticas e estratégias que promovam a justiça social e a governança eficaz, respondendo de maneira adequada aos desafios de um mundo em constante transformação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR, Odílio Alves. **A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt**. Trans/Form/Ação, Marília, v.34, n.1, p.115-130, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/trans/a/LswRct9X9J8hmjxHrnYFD5N/?format=pdf>. Acesso em: 15/07/2024.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARAÚJO, Luís Guilherme N. de. **Vigiar e punir: poder, punição, disciplina e indústria**. Primeiros Escritos, São Paulo, n. 9, p. 250-255, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeiroescritos/article/view/153056/149542>. Acesso em: 10/07/2024

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. **Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências**. Revista Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 107-120, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014. DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

_____. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983

BRUZZONE, Andrés. *Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital*. São Paulo: Contexto, 2021.

CAMPOS, P. H. F.; LIMA, R. de C. P. **Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 167, p. 100-127, jan./mar. 2018. DOI: 10.1590/198053144283.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

ESLABÃO, Daniel da Rosa. **O conceito de dominação em Max Weber: um estudo sobre a legitimidade do poder**. Disponível em: <https://cifmp.ufpel.edu.br/anais/2/cdrom/mesas/mesa5/04.pdf>. Acesso em: 22/07/2024.

FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos. **Vista do Insegurança, incertezas e o desalento pós-moderno: o estado de crise nos últimos textos de Zygmunt Bauman**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n2p1/36763>. Acesso em: 10/07/2024.

FORTUNATO, Lucas; GALENO, Alexsandro. **Civilização, Tecnologia e Poder na Modernidade Líquida**. *Inter-Legere*, Natal, v. 1, n. 23, jul./dez. 2018, p. 94-114. ISSN 1982-1662. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/download/15878/10896/51611>. Acesso em: 22/07/2024

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A Sociedade Punitiva: curso no *collège de France* (1972-1973)** / Michel Foucault; tradução Ivone C. Bernedetti. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização** (Obras completas, vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. **Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu**. *Cógit*, (11), 14-19. outubro de 2010. Salvador.

PERISSINOTTO, Renato M. **Hannah Arendt, poder e a crítica da ‘tradição**. *Revista Lua Nova*, nº 61, 2004, pp. 115-134.

SILVA, Rosane Leal da; BONOTTO, Mahira C. de Afonso; SANTOS, Marcos Augusto Ribeiro dos. (Ciber) Populismo: **A Disseminação dos Discursos de Ódio em Prejuízo da Democracia**. In: *Anais do 6º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*. Santa Maria: UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2022/11/9.4.pdf>. Acesso em: 22/07/2024.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. I. São Paulo: UnB, 2004

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1967